

## Educação sexual e educação infantil nos relatos de profissionais que trabalham com a formação de educadoras de creche/pré-escola

*Elizabete Franco Cruz\**

Resumo: Em minha dissertação de mestrado fiz um mapeamento da situação da educação sexual no âmbito da educação infantil, na cidade de São Paulo. Neste artigo privilegio a apresentação de uma parte dos resultados early childhood education: a caracterização da demanda por educação sexual e uma síntese das experiências de formação que puderam ser identificadas, através dos relatos dos profissionais que trabalham com formação de educadoras.

Palavras-chave: Educação sexual, sexualidade infantil, relações de gênero, formação de educadoras, educação infantil.

Abstract: In my master's degree dissertation, I made a map of sexual education situation, within the context of early childhood education in the city of São Paulo. In this article I focus the presentation on part of the results of that map: the characterization of the demand on sexual education and a synthesis of teacher training experiences, that could be identified by the reports of the professionals who work in training female educators.

Key-words: Sexual education, child sexuality, gender relationship, female teacher training, early childhood education.

As instituições de educação para crianças pequenas são espaços onde podem ser observadas manifestações de sexualidade infantil e, freqüentemente, dúvidas, angústias e dificuldades das educadoras para lidar com as mesmas.

A escassez de sistematização teórico-prática sobre o tema e minha experiência em creches e pré-escolas levaram-me a delimitar como objetivo de minha pesquisa de mestrado<sup>1</sup> a elaboração de um mapeamento sobre educação sexual no âmbito da educação infantil.

---

\* Doutoranda em Educação (GEISH – FE – Unicamp). Professora do Depto. de Psicologia da Universidade São Marcos – SP. Assessora de Projetos do Grupo de Incentivo à Vida (GIV). btfranco@uol.com.br

1. A educação sexual e a formação do educador de creche/pré-escola. Dissertação desenvolvida no Programa de Psicologia Social da PUC-São Paulo (1996), sob orientação da Prof. Dra. Fúlvia Rosemberg.

O quadro teórico que utilizei para desenvolvimento da pesquisa foi circunscrito em quatro grandes eixos temáticos: *educação infantil, formação da educadora, educação sexual e sexualidade infantil*.

O mapeamento foi elaborado a partir de duas fontes: escrita e oral. Na primeira considerei o levantamento da bibliografia disponível sobre o tema; na segunda, entrevistas realizadas com instituições que trabalham com formação de educadoras.

A bibliografia nacional sobre educação sexual e sexualidade infantil foi arrolada, sistematizada e complementada pela análise de livros de educação sexual para crianças. Os dados das entrevistas foram agrupados e analisados à luz do referencial teórico, seguindo os procedimentos da análise de conteúdo e organizados em dois grandes eixos: a demanda e as experiências.

Foram realizadas entrevistas (entre maio e outubro de 1995) envolvendo 24 pessoas (apenas dois homens), que trabalham em 17 instituições<sup>2</sup>, públicas ou privadas, e atuam nas áreas de orientação, supervisão ou formação de profissionais nos campos da educação infantil (15 instituições), educação sexual (2 instituições). Das instituições ligadas à educação infantil, seis mantêm rede de equipamentos.

Neste artigo privilegio a apresentação de uma parte dos resultados: a caracterização da demanda por educação sexual e uma síntese das experiências de formação que puderam ser identificadas, através dos relatos dos profissionais que trabalham com formação de educadoras<sup>3</sup>.

## A demanda

O tema da demanda por educação sexual apareceu fortemente nas entrevistas, também por ter sido estimulado pela própria pesquisa. A questão que parece mais pertinente ao tratar da demanda não se restringe a constatar sua incidência mas,

2. As instituições entrevistadas foram: CADI (Centro de Acompanhamento e Desenvolvimento Infantil), CCI (Centro de Convivência Infantil), CENP (Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas), CRECHEPLAN (Centro de Estudos e Informação), EDUCARE, ECOS (Estudos e Comunicação de Sexualidade Humana e Reprodução), EP (Espaço Pedagógico), EV (Escola da Vila), FABES (Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social), FA (Fundação Fé e Alegria), FDE (Fundação para o Desenvolvimento da Educação), FEUSP (Faculdade de Educação da USP), FCC (Fundação Carlos Chagas), GTPOS (Grupo de Trabalho, Pesquisa e Orientação Sexual), SC (Secretaria da Criança Família e Bem-Estar Social – antiga Secretaria do Menor), SME (Secretaria Municipal de Educação), SURBS PE (Supervisão Regional da Penha, atual SAS).
3. Com certeza, como em qualquer trabalho analisando textos e discursos, outra pesquisadora poderia encontrar outras maneiras de sistematizar as informações coletadas e de integrá-las ao objeto desta pesquisa e à sua opção teórica. O que ofereço é, portanto, uma das leituras possíveis do material coletado, rico e complexo, visando a colaborar na construção de conhecimentos mais sistematizados sobre educação sexual no contexto da educação infantil brasileira.

sim, busca qualificá-la. Dessa forma, os relatos dos técnicos<sup>4</sup> sobre a demanda de educação sexual no contexto da educação infantil foram organizados em cinco respostas, descritas e analisadas a seguir.

*A educação sexual é necessária, mas não é prioritária.* A formação da educadora infantil em educação sexual é considerada, no conjunto das entrevistas, como necessária, e sentida diretamente através da própria observação do técnico, ou relatada através de demanda expressa, de forma assistemática ou sistemática, pelas educadoras.

Algumas instituições (CCI, CADI, CRECHEPLAN)<sup>5</sup> preocupam-se, em suas estratégias de formação, em conhecer os temas de que as educadoras gostariam de tratar em treinamentos. Quando essas estratégias foram usadas, a educação sexual e/ou sexualidade infantil foi mencionada, mas não em primeiro lugar. Os problemas sentidos nos espaços de educação infantil são tantos e complexos que a educação sexual é considerada não prioritária.

Olha, a gente com os profissionais de nível universitário, a gente teve muita dificuldade por resistência dos profissionais. Eles achavam que não deveria discutir isso, que é absurdo, que haviam outras coisas mais importantes para se discutir do que a própria sexualidade, e que isso era secundário, que as prioridades e dificuldades eram tantas que não tinha que discutir com a criança, nem trabalhar com os profissionais. Os profissionais que trabalhavam no caso eram mal preparados, tinham uma série de treinamentos, uma série de reciclagens, uma série de problemas (...) (CADI).

No universo de creches/pré-escolas existem “mil coisas para a gente pensar” (FABES). Dificuldades e necessidades que abrangem a concepção de creche como espaço educativo e a incorporação da dimensão de cuidado para além do assistencialismo, aspectos relativos à relação com a família e à formação de educadoras (CADI, SURBS, FABES, Educare, CCI). Contudo, a despeito dessas reais dificuldades, a maioria de nós, formadores de educadoras, sempre inclui no trabalho, além das concepções gerais sobre educação ou sobre a instituição, temas como alfabetização, brincadeiras, matemática e por que não educação sexual? Uma possibilidade, para entender a secundarização do tema, pode decorrer de hierarquização de conteúdos, isto é, a alfabetização seria mais importante do que educação sexual.

Dos relatos depreende-se, fortemente, que a sexualidade passa ser objeto de estratégias de formação quando e porque ela constitui um problema nas creches e

4. O termo “técnicos” se refere a psicólogos, pedagogos, assistentes sociais que trabalham com a formação das educadoras.

5. Usei siglas referentes às instituições: quando já dispunham delas, fiz uso das convencionais; quando não dispunham, criei-as, associando as iniciais dos nomes que compõem a razão social da instituição.

pré-escolas, quando é percebida como uma intercorrência que necessita ser sanada, geradora de conflito a ser apaziguado.

*Há demanda por educação sexual porque observam-se manifestações de sexualidade na creche/pré-escola e os adultos, em especial as educadoras, não estão preparados para enfrentá-las.* Assim, os estabelecimentos de educação infantil são relatados como espaços onde a sexualidade de adultos (CADI) e de crianças (praticamente todas as instituições) manifesta-se. E, quando isso ocorre, enfrenta-se um problema a ser resolvido: “O que fazer?” é a pergunta geralmente feita pelas educadoras aos técnicos que trabalham com formação.

Mas o que estariam fazendo as crianças para gerar tanta intranqüilidade? “Masturbação” (SC, FABES, SURBS, EV, FCC, FA, EP, GTPOS) foi o comportamento mais citado, seguido por “beijos” (CENP, Educare, FA, GTPOS) e “perguntas” (CENP, ECOS, CRECHEPLAN, GTPOS); “abaixar calcinha” (GTPOS, CCI); “falar que viu a mãe transando” (CCI); “comentários sobre homossexualidade” (CADI); “brincadeiras de menino se fazendo de menina” (FDE); “curiosidade” (FABES); “ficar junto no banheiro” (Educare); “na hora de dormir ficar em cima do outro” (Educare, SURBS); “levantar a saia” (Educare); “jogos amorosos” (SURBS).

A sexualidade infantil, no contexto da educação infantil, é tratada sob a ótica do problema. Diferentemente do que se menciona na educação sexual para púberes e adolescentes, cuja ênfase recai na prevenção, no caso da educação infantil a ênfase é mais do tipo corretiva: o adulto procura saber o que fazer diante de uma situação que considera problema e com a qual não soube lidar.

As manifestações da sexualidade infantil, relatadas por educadoras e técnicos paulistanos, parecem enquadrar-se, no mais das vezes, dentro do esperado para a faixa etária e para o espaço de convivência coletiva nas creches e pré-escolas. Porém, no Brasil, os entrevistados informam, diferentemente do que relatam os educadores noruegueses, em pesquisa mencionada por Gundersen et al (1980), que tais manifestações não são consideradas normais para a faixa etária, mas que são problematizadas, atemorizando educadoras por razões diversas, apresentando-se, ao técnico, como queixas.

Nota-se uma espécie de reação em cadeia: as educadoras problematizam as manifestações da sexualidade infantil; os técnicos entrevistados problematizaram a reação das educadoras frente à sexualidade infantil. Para ambos, a reação do outro é considerada inadequada. Foram raríssimos os exemplos de técnicos que informaram que as educadoras manifestam reações variadas, existindo aqueles que, da mesma forma que o técnico, consideraram normais expressões da sexualidade infantil.]

Os entrevistados relataram que as educadoras, além da tradicional pergunta “O que eu faço?”, “ficam perplexas” (SC, SURBS, GTPOS); “aterrorizadas” (SC);

“imobilizadas” (SC); “com vergonha” (SURBS, GTPOS); “com vontade de fugir” (SURBS); “gente desesperada, estou com problemas” (CCI); “acham feio” (CCI); “ficam vermelhas” (CENP); “têm ansiedade” (ECOS); “isso de uma certa maneira escandalizava as educadoras” (Fé e Alegria); “eles ficam um pouco assustados” (FA); “têm tipo um temor” (ECOS).

Em relação ao quadro comparativo mais amplo sobre desenvolvimento do erotismo infantil, nota-se a ausência dos bebês: ninguém mencionou relato de educadoras que problematisassem, por exemplo, a ereção do pênis entre bebês homens. A descrição de prática de masturbação remete, via de regra, a uma criança autônoma no plano da mobilidade.

É interessante notar-se que aqui, como na experiência norueguesa (GUNDERSEN et al., 1980), também se relatam mais frequentemente manifestações de sexualidade infantil entre meninos que entre meninas, quando não se observam expressões genéricas ou indeterminadas quanto ao sexo da criança (masturbação ou criança). Os relatos referem-se aos meninos como sendo geralmente mais curiosos ou ativos: é ele quem olha a calça da menina e não ela que olha a cueca do menino. Demarcar o que é expressão direta de observação ou atribuição de significados decorrentes dos estereótipos de gênero, era impossível no contexto da pesquisa.

A concepção explícita ou implicitamente expressa, pelos técnicos de que manifestações da sexualidade infantil são esperadas e normais nesta faixa etária deve ser nuançada por uma observação que aparece em quatro depoimentos: quando as educadoras dispõem de um programa educacional consistente ou quando deixam de problematizar a sexualidade, as crianças manifestam-na com menor intensidade. Ou seja, interessados ou entretidos em outros aspectos da vida, educadoras e crianças “controlariam” ou “inibiriam” mais seu interesse sexual (ambas as expressões não estão presentes nos depoimentos)<sup>6</sup>.

## Há demanda por educação sexual porque observam-se tensões na esfera das relações de gênero

O tema dos papéis de gênero no contexto da educação infantil apareceu constantemente no discurso dos entrevistados. Entre os técnicos parece ocorrer uma constatação de que: a) as relações de gênero são constitutivas da educação sexual; b) os modelos tradicionais bipolarizados dos papéis de gênero geram tensões no âmbito da educação infantil; c) creches e pré-escolas, sendo um campo de traba-

6. Neste momento não vou aprofundar este debate, mas proponho que se faça uma reflexão a respeito desta idéia, pois ela pode estar revelando algumas concepções sobre sexualidade infantil que merecem ser problematizadas e revisadas.

lho feminino, limitam e tensionam as interações humanas.

Os técnicos relatam várias tensões decorrentes da adoção de modelos tradicionais de papéis de gênero, nos vários âmbitos de interações e atuações que ocorrem em creches e pré-escolas. Assim, a bipolarização tradicional ocorre nas interações adulto-criança:

E a mesma coisa da boneca e do carrinho, a criança de três anos ela já leva pra a supervisão, ah! mas fulano só gosta de brincar de boneca, o João adora brincar de boneca, e a Maria gosta de brincar com o carrinho? Gosta, e não tem problema? Não. Então porque tem problema o João gostar de boneca? Volta e sempre a questão de ser macho. Ele tem que ser homem, ele não pode brincar de boneca. Mas a menina pode brincar de carrinho (SURBS).

Apesar de não serem muito consistentes, percebem-se alguns indícios de que esta socialização bipolarizada ocorreria de modo diferenciado para meninos e meninas. O temor das educadoras de que uma socialização mais flexível atinja a masculinidade dos meninos é maior do que o receio que sentem com relação aos reflexos na feminilidade das meninas, segundo relatam os técnicos, conforme nos mostra o depoimento acima.

No conjunto das entrevistas, percebe-se um grande destaque dado à creche/pré-escola como espaço de trabalho de mulheres. Algumas das questões levantadas são relativamente antigas entre nós, fazendo parte do repertório de temas relevantes no campo da educação infantil. Assim, por exemplo, as constatações da ausência de profissionalização da educadora, a proximidade entre suas ações na creche e aquelas executadas no espaço doméstico e a competição com a mães apareceram em mais de um depoimento (Educare, ECOS, GTPOS).

Nota-se, porém, que os técnicos entrevistados aprofundaram e expandiram este tema, trazendo material muito rico para reflexão; num depoimento (FDE) relata-se a percepção de uma "cultura feminina" na creche, com implicações nos modelos de "sexualização" (no sentido empregado por CALDERONE, 1983)<sup>7</sup>.

(...) nas discussões que eu faço na capacitação em cima das brincadeiras, de brincadeira de criança, necessariamente passa uma concepção que elas têm de criança, e tem um pouco alguma coisa sobre como elas vêem os meninos, como elas vêem as meninas, elas gostam de educar todas as crianças como se fossem meninas, para elas é muito mais fácil, porque a menina é a quietinha, a menina é que faz as brincadeiras sentadinha, que faz o jogo de roda, que brinca de casinha, quer dizer

7. A autora utiliza o termo "sexualização" para significar o processo de socialização da sexualidade, isto é, o processo "pela qual a criança desenvolve a sexualidade natural com a qual cada um foi dotado ao nascer". Trata-se de um processo complexo, no qual a hereditariedade, os cromossomos sexuais, os hormônios e mais intensamente as pessoas desempenham papéis. Portanto, a sexualidade constitui um processo em construção". (Calderone, 1983, p 333,334).

o menino bagunça, o menino joga bola, o menino grita, o menino brinca de polícia e ladrão, o menino faz experiências, o menino, então, começa complicar quando você começa a discutir (...)” “Eu tenho visto que elas educam as crianças como se fossem todas meninas, porque elas são mulheres com uma reflexão baixa, sobre o próprio lugar delas na sociedade, então elas têm muito medo de jogo de bola, elas têm muito medo, contanto que seja longe, elas acham os meninos bagunceiros, elas acham os meninos barulhentos, que é uma coisa que estou colocando a nível de doutorado, quer dizer elas colocam, um jogo de polícia e ladrão, um jogo de pega-pega, um medo de entrar nesses temas, porque são temas de certa forma masculinos, no sentido de que elas têm que se colocar, porque brincar de mamãe e filhinha é um conhecido, é a maternagem, é o que elas procuram fazer com as meninas (...) (FDE).

O pano de fundo compartilhado entre todos os entrevistados é a busca de superação de modelos bipolarizados de papéis de gênero. É possível afirmar, então, que entre os formadores de educadoras entrevistados, a perspectiva da igualdade de oportunidades entre os sexos é uma meta a ser atingida, devendo constituir um tema relevante na formação da educadora infantil.

Se os técnicos exprimem uma aspiração de transformações nos valores, essa aspiração não parece ser compartilhada com outros atores sociais, adultos, que interagem com as instituições de educação infantil. Os entrevistados relatam, de modo intenso, a percepção de que esses ambientes são carregados de preconceitos.

Há demanda por educação sexual nas creches/pré-escolas porque nestes espaços observam-se preconceitos de modo recorrente

Os entrevistados referem-se, frequentemente, a manifestações preconceituosas entre adultos que interagem nas creches/pré-escolas. Tais manifestações referem-se a diversos “diferentes” e acarretam impactos, diretos ou indiretos, no desenvolvimento da sexualidade infantil. Portanto, um programa de educação sexual no contexto da educação infantil deve, segundo muitos dos entrevistados, incluir o tema do preconceito.

Os técnicos discutem, de modo bastante freqüente, esse moralismo que dificulta tanto tratar de temas diretamente relacionados à sexualidade, como adotar práticas menos repressivas e mais igualitárias. Manifestações moralistas (que podem ser entendidas como expressões de atitudes preconceituosas) são relatadas não apenas na relação da creche/pré-escola com a criança e a família, mas também na forma como a família se relaciona com a criança e as práticas da creche/pré-escola, gerando tensões, conflitos e abusos de poder.

A literatura nacional e internacional sobre creche (HADDAD, 1989), principalmente quando trata da perspectiva histórica no quadro da assistência social,

tem evidenciado, com muita freqüência, o moralismo de que se revestiram tais instituições quando tratam da família pobre. Isto é, a creche visaria, não apenas a atenção à criança, mas, através dela, educar e moralizar a família pobre, considerada, pela assistência tradicional, como sexualmente lábil.

Uma das entrevistadas relata o seguinte:

(...) basicamente o diálogo entre creche e família ele é muito precário; por conta de todo esse passado, a creche tem muito essa idéia de que ela pode interferir, ela pode e deve interferir na família, então se você pega, por exemplo, uma ficha, um questionário, uma ficha de inscrição numa creche, existem fichas que são absolutamente invasoras, perguntam 'Teu marido bate em você?', 'As crianças vêem vocês tendo relação sexual?'. Imagine se você vai colocar teu filho numa escola que te fazem esse tipo de pergunta, mas já está tendo o pressuposto de que já tem problemas e que você como "dona" ali daquela creche, digamos, que vai oferecer aquela vaga tão querida e esperada, você pode fazer essas perguntas, então você, já de antemão, você já estabelece uma relação de não-aceitação dessa família, e isso, eu acho que põe as primeiras dificuldades, e as dificuldades ficam ali claras e estabelecidas, então a família tem dois impulsos, ou ela briga com você, ou ela mente, e eu acho que aí ela opta, sempre, por não declarar tudo (...) (CRECHEPLAN).

O quadro dos valores morais que orientam a ação de creches/pré-escolas, no plano geral e na área específica da sexualidade, torna-se mais complexo, na ótica dos entrevistados, pela presença marcante das religiões de diferentes tendências. (FABES, SURBS, SME, EV, CENP).

(...) mas, com algumas religiões que estão crescendo e que tratam isso de uma maneira muito pesada, essa visão de pecado, (...) não só com os pais, mas a gente tem uma primeira coisa que é o grupo de funcionários (...) e você vai falar algumas coisas que para aqueles funcionários..., o pessoal fica de cabelo em pé, é muito complicado, é muito difícil (SURBS).

A educação sexual é necessária porque as crianças são vítimas de abuso sexual

Foram poucas as instituições que mencionaram o tema do abuso sexual como um dos determinantes da necessidade de educação sexual no âmbito da educação infantil (CADI, CENP, GTPOS). Nos depoimentos dos técnicos, o abuso sexual cometido por adulto é mencionado apenas ocorrendo fora dos espaços das creches/pré-escolas. Nas interações infantis, o tema é retomado quando se discute a questão dos limites (o desejo de outro é um limite para minha liberdade). Foram dois os enfoques percebidos ao se tratar do abuso sexual: um trata do tema como um problema geral, cuja ocorrência parece perpassar as classes sociais; o outro o focaliza nas classes populares.



(...)Nós também tivemos casos, relatos de abuso sexual de crianças, de queima de órgãos genitais feitas por familiares de crianças, esses casos a maioria era em favela, e isto os profissionais, não sabiam como trabalhar, nem os técnicos, nem, muito menos, a comunidade (CADI).

Este último depoimento pode suscitar uma certa inquietação. É possível apreender, em nuance, uma postura subjacente de que o abuso sexual seria predominantemente entre pessoas faveladas. Esta inquietação justifica-se, pois, por vezes, detectei, em algumas das falas de outros entrevistados, nuances de posturas preconceituosas frente à família pobre. O que sinaliza que nós – não só as educadoras que trabalham diretamente com as crianças, mas nós, que trabalhamos com formação de educadoras – temos que ficar atentos aos nossos preconceitos.

## Experiências e Propostas

A delimitação do que fosse experiência em educação sexual no contexto da pesquisa foi bastante ampla, pois considerou-se uma diversidade de práticas, com periodicidade e duração bastante heterogêneas: cursos, projetos, conversas, supervisão, reuniões, palestras, produção de material pedagógico sobre o tema. Apesar dessa amplitude de caracterização, nem todas as instituições entrevistadas, mesmo que especializadas na formação de educadoras/professores/especialistas em educação infantil, desenvolvem qualquer ação intencional ou sistematizada sobre o tema. Das 17 instituições entrevistadas, quatro não têm experiência própria em educação sexual, nem para crianças ou jovens, nem para adultos (FABES, FDE, CRECHEPLAN, FEUSP). As demais têm ou tiveram algum tipo de experiência, principalmente para adultos. São raríssimas as instituições que têm prática em educação sexual voltada para crianças (com mais de 7 anos), jovens e adultos (GTPOS, EV,SME), mas nenhuma delas pertence especificamente ao campo das creches.

Algumas instituições (CRECHEPLAN), apesar de não terem uma experiência própria na área, apelam para outros grupos mais especializados (no caso, a ECOS).

De modo geral, porém, os trabalhos de formação são esporádicos e de curta duração, contrariando a tendência contemporânea de formação continuada.

A esporadicidade e a brevidade da formação sobre o tema atingem, mais particularmente, as creches, pois experiências mais longas e sistemáticas ocorreram no contexto da pré-escola (SME, GTPOS, EP).

No âmbito da administração pública escolar é a Secretaria Municipal de Educação (SME) aquela que parece estar desenvolvendo a experiência de formação para a pré-escola (EMEI) mais sistemática. No âmbito do setor privado, também escolar, o Espaço Pedagógico (EP) desenvolve uma experiência sistemática de educação sexual no contexto de um curso de formação de educadoras com escolaridade de 2º e 3º graus. Dentre as instituições especializadas em educação sexual, o

GTPOS foi a que relatou experiência mais consistente e extensiva, também principalmente para a pré-escola.

Os materiais citados, que são utilizados no trabalho de educação sexual, foram:

1. Livros de educação sexual para crianças: *De onde viemos* (CADI, CENP FCC, GTPOS), *Como eu nasci* (CADI, ECOS, GTPOS), *Papai, mamãe e eu* (CCI, SC, CRECHEPLAN, FCC, ECOS, GTPOS).
2. Livros de educação sexual para jovens e adultos: *Coleção "Esse sexo que é nosso"* (SURBS, GTPOS), *Distúrbios neuróticos da criança* (SURBS), *Sexo se aprende na escola* (GTPOS), *O que está acontecendo comigo* (CENP, GTPOS), *Guia de orientação sexual* (ECOS, GTPOS, EV, FCC), *Revistas de divulgação* (CENP, EV).
3. Vídeos: *Profissão Pajem* (EDUCARE), *Acorda, Raimundo* (SURBS, ECOS), *Família dá samba* (ECOS).

As experiências relatadas referem-se, em geral, à educação sexual dos adultos-educadores de crianças (este era o foco do projeto). Algumas das instituições mencionaram o trabalho junto às crianças; a natureza desse trabalho, porém, não foi aprofundada nesta pesquisa.

Constata-se que publicações para adolescentes são utilizadas para o trabalho com as educadoras, o que pode significar que, na prática, encontrou-se essa solução alternativa para a ausência de materiais específicos para esse público adulto, geralmente com baixa escolaridade.

A psicanálise (na grande maioria dos trabalhos) e alguns autores nacionais, como Marta Suplicy<sup>8</sup>, Içami Tiba, Maria Helena Matarazzo, *Revistas de divulgação* (Cláudia, Nova Escola) foram as publicações e o enfoque teórico mencionados pelos entrevistados.

Uma análise do material e do referencial teórico utilizados no conjunto das experiências indica não apenas a existência de pequena bibliografia e a incorporação de material de divulgação como também a necessidade de ampliar o leque e acessar outras importantes e interessantes publicações disponíveis, como por exemplo o trabalho de Jagstaid (1987), que discute as representações que as crianças têm sobre a reprodução humana. Alguns textos que poderiam ser considerados bastante relevantes, por exemplo, *Guia de Orientação Sexual* (GTPOS, ABIA, ECOS, 1994), foram parcimoniosamente referidos.

É interessante observar-se, também, a ausência de menção a textos com perspectiva histórica: por exemplo, o tão conhecido livro de Ariès (1973), *História*

8. Há de se destacar a contribuição da autora, principalmente pelo seu amplo nível de socialização das informações. O livro *Papai, mamãe e eu* foi o mais citado e utilizado.

*Social da Criança e da Família*, apesar de referir-se à sociedade burguesa européia, no capítulo *Do despudor a inocência*, permitiria uma entrada interessante para a discussão de valores e da construção da sexualidade infantil.

É necessário acrescentar, para a compreensão deste quadro, que reunir material bibliográfico de qualidade sobre o tema foi extremamente difícil por encontrar-se disperso em bibliotecas.

Considerando-se o conjunto dos depoimentos, observou-se um leque amplo de temas tratados, alguns tradicionais, isto é, que constam sempre de manuais, cursos de educação sexual (como a masturbação), e outros relativamente novos, que estão sendo incluídos apenas em textos mais recentes (ética, por exemplo). Observa-se porém, a ausência ou a pequena frequência com que certos temas foram mencionados: a identidade de gênero, os bebês e o tema da reprodução. É impossível efetuar uma interpretação direta dessas omissões: não foram usadas técnicas para estimular a revelação exaustiva dos temas tratados.

Se analisarmos os relatos sobre manifestações de sexualidade infantil e os textos sobre educação sexual para adultos, podemos supor que seria necessário aprofundar a investigação sobre o campo de conhecimentos que está sendo usado como referencial para os formadores entrevistados. Por outro lado, esse quadro temático pode ser entendido, também, no contexto da prática cotidiana de educação infantil: sexualidade concebida sob a ótica de problema, de intercorrência que apela por respostas de emergência; intervenções de formação esporádicas, episódicas, que respondem à demanda.

De qualquer forma, nenhuma das instituições entrevistadas mencionou um rol temático que incorporasse os diferentes aspectos levantados pela revisão de literatura. Isto constitui matéria para reflexão, inclusive para cursos de graduação, especialização e pós-graduação nas disciplinas relacionadas à educação infantil: o que nossas universidades e faculdades (Psicologia, Pedagogia, Serviço Social, Saúde) estão ensinando sobre desenvolvimento sexual, sexualidade e educação sexual?

O tema do limite (regra, lei) aparece de forma recorrente em vários depoimentos. Percebe-se, de um modo geral, uma concepção de infância, de adulto e de educação sexual que procura integrar o direito ao prazer, à sexualidade, à liberdade de expressão, ao controle da repressão sem que, porém, se percam os parâmetros da preservação física e psíquica da pessoa (crianças e adultos) e da ética. Se a repressão e os bloqueios à expressão da sexualidade infantil e adulta são percebidos como inadequados, sua superação não implica a adoção da ótica da liberação sexual da infância<sup>9</sup>. Compartilha-se a postura de que a educação sexual é necessária

9. A este respeito ver Berger (1984), que debate as subordinações de idade, a liberação sexual da infância e o direito da infância à proteção.

para crianças pequenas, mas adota-se, também, a perspectiva que ela deve ajustar-se ao nível de desenvolvimento, de conhecimentos, de curiosidades infantis. Talvez não fosse excessivo dizer que depreende-se, dos depoimentos, a adoção de um princípio ético de respeito ao outro.

Seria possível afirmar-se que o discurso dos entrevistados deixa entrever uma distância entre formadores e educadoras no código de valores relativos à sexualidade: formadores aceitariam, de modo geral, que a expressão da sexualidade é “normal” e desejável entre as crianças pequenas; já as educadoras teriam mais restrições em relação ao que é considerado “normal” no campo das manifestações da sexualidade infantil. Um dos objetivos da formação das educadoras, através de estratégias múltiplas, seria a ampliação desta perspectiva, ou seja, incluir na categoria de “normalidade” um espectro mais amplo de comportamentos. Nesse sentido, o patamar atingido pelos formadores é considerado, explícita ou implicitamente, como paradigmático. A caminhada de um patamar para outro (auxiliada por estratégias ou metodologias) deve ser feita com cuidado, pois, de acordo com alguns depoimentos, a educadora incorpora o discurso, mas não a prática; a intervenção pode gerar culpa entre educadoras, pois podem apreender o novo paradigma (que atua como modelo), sem incorporá-lo e integrá-lo como seu.

Discurso, muitos deles têm, a maioria tem discurso até assim, na supervisão que a gente vai, discute, fala o que é esperado, o que não é esperado, se discute a questão da normalidade na questão sexual e quando você vai conversar eles até têm discurso ‘Olha, é normal?’, quando você faz a técnica da linha, as respostas vão ser todas muito padronizadas, é normal se masturbar, só que aí quando você começa a discutir, e quando você começa a ver a prática ‘É normal, mas eu não deixo’, é normal mas não pode.

(...) porque de uma certa forma elas até entendem que tem que encarar normalmente, porque a gente vive repetindo isso, você tem que encarar normalmente. Mas como encarar normalmente, simplesmente disfarçando, ou dando uma bronca porque quando vê já saiu (SURBS).

Este tipo de tensão (comum a qualquer intervenção que se propõe a questionar valores, hábitos) é particularmente ansiogênico no campo da sexualidade, em decorrência da centralidade e complexidade dessa esfera da vida psíquica. Em decorrência disso, existem a atenção e a reflexão dos formadores quanto às estratégias e metodologias de intervenção junto às profissionais de educação infantil.

No que se refere à metodologia, o conjunto das entrevistas permite que se capte um enfoque que procura articular conhecimentos teóricos e informações com experiências concretas, envolvendo um trabalho de tipo racional (cursos, palestras) aliado a intervenções que visam à sensibilização (estratégias de “vivências”). De um modo geral, tais estratégias sinalizam para:

- ampliação do nível de conhecimento (CCI, EV, FEUSP, GTPOS, CENP, ECOS);
- aprofundamento do autoconhecimento (SURBS, EV, SME, CADI, SC, EDUCARE, EP, ECOS, GTPOS, CCI);
- articulação de teoria e prática (CCI, SC, SURBS, GTPOS, ECOS, FDE, GTPOS);
- necessidade de acompanhamento ou formação continuada (CCI, SC, FEUSP, FDE);
- utilização e/ou produção de materiais como vídeos e textos (SC, CCI, EV, SURBS, EP, EDUCARE, FA, ECOS);
- sistematização dos conhecimentos, através de cursos, palestras, supervisão, etc. (CADI, CCI, FF, ECOS, SURBS, SME, EP, GTPOS, EDUCARE, EV, CCI).

Alguns relatos contêm elementos de avaliação, informando que, embora com morosidade e dificuldades, observam-se modificações positivas na prática. Contudo, apesar do empenho e do esforço que se observam nos trabalhos desenvolvidos pelos formadores, persiste uma sensação de improvisação, isolamento e ausência de respaldo institucional.

### Resumindo...

A demanda por educação sexual aparece porque a sexualidade infantil constitui um problema para os adultos envolvidos na educação infantil: formadores, técnicos, diretores, educadoras, pais.

A educação sexual é considerada importante, mas não prioritária frente a um cotidiano complexo, angustiante e cheio de várias intercorrências, apelando por respostas urgentes. As manifestações de sexualidade infantil, as tensões na esfera das relações de gênero, os preconceitos e o fato de crianças serem vítimas de abuso sexual são fatores que também reiteram essa demanda.

Quando a questão da sexualidade surge, usam-se diferentes estratégias para seu enfrentamento: negação, repressão, preconceitos, violação da intimidade e programas ou cursos para a formação dos adultos, principalmente de educadoras. Tais intervenções de capacitação são geralmente cíclicas, esporádicas, pontuais e raramente continuadas.

Apesar de diversificados, a temática e o enfoque teórico que orientam essas experiências apresentam lacunas, sinalizando que o campo necessitaria de uma atualização também dos formadores empenhados na educação sexual de educadoras infantis.

Finalizando.....

Transcorreram sete anos da defesa da minha dissertação (fevereiro de 1996) e, portanto, o que apresentei foi um retrato de um dado momento desta temática. No âmbito da educação infantil existem algumas transformações bastante positivas<sup>10</sup>; contudo, a pertinência e a relevância da pesquisa, bem como a reflexão sobre educação sexual, são absolutamente atuais e imprescindíveis.

A produção sobre a temática da sexualidade ligada à infância e à educação também continua se desenvolvendo, com trabalhos que precisam ser incorporados ao processo de formação de educadoras, como, por exemplo, os de Ribeiro (1996), Saporoli (1997), Gobbi (1997), Laviola (1998), Louro (1997), Cruz (1998), Camargo e Ribeiro (1999), Moreno (1999), Dunley (1999) e Louro (2003).

Um outro aspecto relevante é que vários cursos de formação de educadoras têm incluído a temática da sexualidade em sua grade curricular, o que sinaliza um avanço. No entanto, existe a necessidade de problematizarmos essa inclusão, no que se refere à perspectiva teórica, temáticas abordadas, profundidade, carga horária, metodologias, materiais utilizados e acompanhamento do processo.

Para finalizar, uma reflexão: desde muito cedo, a sexualidade tem seus contornos entrelaçados às relações de gênero. A educação sexual no âmbito da educação infantil pode-se configurar como um espaço privilegiado para articularmos o debate dessas áreas de conhecimento com a temática da infância. O desenvolvimento deste campo de estudos pode contribuir para a melhoria da qualidade da educação infantil e para que possamos diminuir nossa perspectiva “adultocêntrica”, no sentido de percebermos que “as crianças” são meninos e meninas com direito à própria sexualidade.

## Referências bibliográficas

- ARIËS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- BERGER, B. M. Liberação da sexualidade infantil: experiência comunitária. In: CONSTANTINE, L.; MARTINSON, F. M. *Sexualidade infantil, novos conceitos, novas perspectivas*, São Paulo: Livraria Roca, 1984.
- CALDERONE, M. S. Childhood sexuality: approaching the prevention of sexual disease. In: ALBEE, G. W.; GORDON, S.; LEITENBERG, H. *Promoting sexual responsibility and preventing sexual problems*. London: Published for the University of Vermont, 1983.

10. Em decorrência da LDB, hoje existem vários cursos de formação para educadoras que estão em serviço. E em São Paulo, onde realizei a pesquisa, as creches já transitaram do campo da assistência para a Secretaria de Educação.

- CAMARGO, A. M. F.; RIBEIRO, C. *Sexualidades e infâncias*. São Paulo: Editora Moderna, Campinas: Ed.Unicamp, 1999.
- CONSTANTINE, L. L.; MARTINSON, F. M. *Sexualidade infantil: novos conceitos, novas perspectivas*. São Paulo: Livraria Roca Ltda., 1984.
- CRUZ, E. F. Quem leva o nenê e a bolsa? In: ARILHA, M.; MEDRADO, B.; UNBEHAUM, S. *Homens e Masculinidades, outras palavras*. São Paulo: Ed. 34/ECOS, 1998.
- DUNLEY, G. (org.). *Sexualidade e Educação*. Rio de Janeiro: Gryphus, 1999.
- GOBBI, M. *Lápis vermelho é de mulherzinha: desenho infantil, relações de gênero e educação infantil*. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação – Unicamp, Campinas.
- GRACIANO, M. Aquisição de papéis sexuais na infância. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.25, p. 29-44, junho 1978.
- GTPOS. *Sexo se aprende na escola*. São Paulo: Olho D'água, 1995.
- GTPOS, ABIA, ECOS (tradução e adaptação). *Guia de orientação sexual: diretrizes e metodologia da pré-escola ao 2º grau*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.
- GUNDERSEN, B. H.; MELAS, P. S.; SKAR, J. E. Comportamento sexual da criança pré-escolar: observações de professores. In: CONSTANTINE, L. L.; MARTINSON, F. M. *Sexualidade infantil: novos conceitos, novas perspectivas*. São Paulo: Editora Roca Ltda., 1984.
- HADDAD, L. Creche: reflexões sobre uma trajetória. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (org.). *Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina*. São Paulo: Vértice; Fundação Carlos Chagas, 1989.
- JAGSTAIDT, V. *A sexualidade e a criança*. São Paulo: Manole, 1987.
- LAVIOLA, E. C. *Sexualidade infantil através de relatos de educadoras de creche*. 1998. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), PUC-SP, São Paulo.
- LOURO, G. L. *Gênero, Sexualidade e Educação*. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LOURO, G. L. (org.). *O corpo educado, pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- MARTINSON, F. M. A infância e a institucionalização da sexualidade. In: CONSTANTINE, L. L.; MARTINSON, F. M. *Sexualidade infantil: novos conceitos, novas perspectivas*. São Paulo: Livraria Roca Ltda., 1984.
- MORENO, M. *Como se ensina a ser menina, o sexismo na escola*. São Paulo: Moderna, Campinas: Ed.Unicamp, 1999.
- RIBEIRO, C. *A fala da criança sobre sexualidade humana: o dito, o explícito e o oculto*. Lavras: Universidade Federal de Lavras; Campinas: Mercado de Letras, 1999.
- SAPAROLLI, E. C. L. *Educador infantil, uma ocupação do gênero feminino*. 1997. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), PUC-SP, São Paulo.